

A GAZETA — VITÓRIA (ES), QUINTA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 1987

SPU proíbe as obras do aterro de São Pedro

A Prefeitura de Vitória não poderá continuar as obras de aterro hidráulico e de infra-estrutura e urbanização na região de São Pedro, por estar ferindo a legislação que dispõe sobre a preservação do meio ambiente. A informação é da delegada do Serviço de Patrimônio da União (SPU), Albani Rosetti de Almeida, que já solicitou providências no sentido de proibir as obras, à Capitania dos Portos do Espírito Santo, ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Procuradoria Regional da Fazenda e Procuradoria Geral da República. Entretanto, ontem à tarde, o prefeito Hermes Laranja garantiu que as obras serão realizadas, uma vez que atendeu todas as exigências feitas pelo SPU e também

pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU).

A Delegacia do Serviço de Patrimônio da União, segundo Albani Rosetti de Almeida, tomou conhecimento das obras pretendidas pela Prefeitura de Vitória, através do edital de licitação da concorrência pública, quando resolveu pedir providências aos "órgãos competentes". A delegada disse que os aterros hidráulicos estão proibidos pelo Código Florestal, pela lei 6.938/81, que dispõe sobre a política de meio ambiente. "As áreas não podem ser mexidas, o mangue é considerado reserva ecológica. A única área autorizada na região foi São Pedro I", afirmou Albani Rosetti de Almeida, ao ressaltar

que estes locais são de interesse comum de todos os habitantes do país.

Em ofício circular à Delegacia Regional do SPU, o diretor-geral do órgão solicitou a "especial atenção, no sentido de não processar pedido de aforamentos, ocupações ou cessões, sob as formas previstas em lei, de áreas de mangue. Esta orientação, objetiva preservar tais áreas, e que os mangues devem permanecer incólumes a quaisquer danos, que se lhe possam causar, evitando-se, destarte, prejudicar o processo de reprodução de nossa ictiofauna marítima, que tem no mangue o seu habitat ideal".

O problema todo, segundo Albani Rosetti de Almeida, é que a Prefeitura de Vitória, não observou que deve consultar o Serviço de Patrimônio da União, a respeito de qualquer obra que possa vir a ferir as áreas da União Federal. "Pelo que me consta, passar por cima da lei, é crime, e não sei se a lei foi alterada", disse a delegada regional do órgão, ao salientar que a PMV não pode mais continuar aterrando a região.

Ao responsabilizar os "invasores profissionais", como causadores dos constantes desrespeitos ao meio ambiente, Albani Rosetti de Almeida criticou também a PMV, ao fazer a urbanização de São Pedro I, que propiciou e acelerou o processo de invasão das áreas de mangue que circundam a ilha de Vitória. "São invasores profissionais, com uma condição financeira privilegiada", citou a delegada.

Sempre baseada no edital publicado em A GAZETA, sobre a concorrência pública, até agora indefinida pela PMV, devido a denúncias de beneficiamento de empresas privadas, a Delegacia do SPU enviou ofício ao delegado do IBDF, Jadir Viana Santos, salientando ser a região "típica propriedade da União Federal e solicitando bons ofícios no sentido de que sejam adotadas medidas de proteção ao local".

Ontem à tarde a Capitania dos Portos, através do oficial de Relações Públicas, capitão-tenente Rodovaldo Araújo de Lemos, informou que a

PMV "tem a autorização do Ministério da Marinha" para as obras do aterro hidráulico de São Pedro I. Outras obras, segundo a mesma informação, devem obter o "nada a opor" do ministério; conforme prevê a legislação. O oficial de Relações Públicas confirmou que recebeu o ofício do SPU, alertando sobre a realização de obras, sem a devida autorização.

Depois de criticar longamente a Delegacia de Patrimônio da União, "por nada fazer no sentido de preservar os manguezais de Vitória", o prefeito Hermes Laranja afirmou que as obras previstas no edital de concorrência pública estão legalizadas e autorizadas pelo próprio SPU, Capitania dos Portos e Ministério de Desenvolvimento Urbano (MDU). Segundo ele, o SPU não tem uma noção da situação em que vivem os moradores daquela região (São Pedro). "Falta uma visão mais global de protecionismo destas áreas, principalmente proibindo as invasões", disse Hermes Laranja.

Foto de José A. Magnago



As obras estão paralisadas